



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 107ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho e Osvaldo Macedo (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 189/76, veto aposto ao Projeto de Lei número 62/75, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer da CCJ., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

OFÍCIO Nº 189/76

Curitiba, em 19 de maio de 1976.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício número 14/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 62/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2 — Visa o autógrafo dar nova redação ao art. 28, da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), dispondo sobre a forma de fixação do número de Vereadores às Câmaras Municipais.

3 — Embora o Poder Executivo veja com simpatia tal critério de cálculo para fixação da composição numérica da Câmara

Municipais, o Plano de Lei em exame não pôde merecer acolhimento por contrariar aos superiores interesses da Administração, em razão de ter sido julgado inoportuno. Nesta segunda quinzena de maio os diretórios municipais dos partidos políticos estão ultimando medidas e providências, com vistas à elaboração de suas chapas de candidatos, tomando por base o atual número de vereadores das respectivas Câmaras. A menos de seis meses do pleito municipal, dificilmente ter-se-ia condições para, em tempo hábil e com inteira eficácia, proceder-se a uma total reformulação no posicionamento da matéria.

4 — Ademais, o projeto de lei é conflitante em suas próprias disposições, eis que o § 1º do artigo 1º, ao se referir a ato de elaboração da Câmara, pressupõe "resolução", o instrumento típico da manifestação primitiva do legislativo. Por sua vez, o § 3º, do mesmo artigo, diz que a Câmara "mediante projeto de lei" declarará o número de seus integrantes. Todavia, não constituindo, a rigor, o projeto de lei uma manifestação perfeita e acabada, pois para que haja eficácia depende de sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, fica estabelecida divergência entre as duas citadas disposições contidas no Plano de Lei ora vetado.

5 — Por outro lado, deixando de ser expressamente revogado o atual parágrafo único do artigo 28, da Lei Complementar número 02/73, a matéria fica, também, sujeita a interpretações que poderão vir a prejudicar sobremaneira a boa exequibilidade da medida.

6 — Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ocupado esta tribuna com o objetivo de deixar nos Anais desta Casa o nosso posicionamento com relação ao costume já imposto pelo Poder Executivo, de vetar os projetos que partem do Legislativo, mormente quando se trata de uma medida politizadora, como é o caso do projeto do nobre Deputado Muggiati Filho, companheiro de bancada nesta Assembléia.

Já é hábito de se apreciar os vetos de S. Exa. o Sr. Governador em sessões extraordinárias, porque precisaria, para rejeição do veto, de 2/3 dos Srs. Deputados, para fazer valer o pensamento do Poder Legislativo.

Não entendo as razões que S. Exa. argumenta para repelir o projeto de lei que visa aumentar o número de cadeiras nas Câmaras Municipais, nos legislativos dos municípios do Paraná. Entendo que, com a devida vênia, a rejeição de um projeto desta natureza implica em que municípios de porte de Cascavel e de outros que se igualam em população, em potencialidade econômica e, sobretudo, em potencialidade política, a rejeição deste projeto aprovado por esta Casa permitiria entender que S. Exa. o Governador está afastando a viabilidade, está exarando atestado de incapacidade política dos municípios que estão favorecidos pela Constituição e, por isto, pretendiam aumentar as cadeiras dos Legislativos Municipais.

Não se pode entender, a despeito do preceito constitucional que viabiliza o projeto já aprovado por esta Casa, que o Governo do Estado não acolha esta medida, principalmente, porque tratava de um projeto aprovado no sentido de aumentar

a capacidade política, de aumentar a representação política dos municípios que estão em condições de aumentar o número de cadeiras.

Diz S. Exa. ao justificar o veto apostado ao referido projeto: "Embora o Poder Executivo veja com simpatia tal critério de cálculo para fixação da composição numérica das Câmaras Municipais, o Plano de Lei em exame não pôde merecer acolhimento por contrariar aos superiores interesses da Administração, em razão de ter sido julgado inoportuno."

Quem sabe se S. Exa. prevendo que o seu Partido não, terá sucesso nas eleições municipais, sobretudo nos municípios que estão em condições de aumentar o número de cadeiras, possa condicionar a uma "capitis diminutio" no quantum que o povo deverá eleger.

Entendo que inoportuno será se acolher o veto de S. Exa., principalmente com base no art. 107 da Constituição do Estado que fala da possibilidade de aumento de cadeiras nos Legislativos Municipais, e fala de 180 dias antes das eleições, razão pela qual até tramita nesta Casa projetos específicos referentes aos Legislativos de Umuarama e Cascavel, sendo que o de Cascavel é de nossa autoria com o nobre Deputado Accioly Neto.

Queria apenas estranhar a argumentação oferecida pelo Executivo de que se trata de um projeto inoportuno. Se há oportunidade e se há viabilidade de se propor uma medida, um plano de lei como este não haveria de ter outra oportunidade adequada e até constitucional, senão nesta hora em que se iniciam as campanhas municipais para troca dos Poderes Executivos, dos detentores dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Evidentemente, que, com base no mesmo artigo constitucional daquele prazo previsto ali, de 180 dias para se compor o percentual que viabiliza o aumento de cadeiras dos Legislativos de V. Exa. Diz mais, o projeto de lei é conflitante com as próprias disposições, porque pressupõe através de resolução, instrumento da manifestação privativa de Legislativo. No entanto poderia S. Exa. opor o seu veto de forma parcial se entendesse que algum preceito ou que algum artigo daquele projeto não oferecesse as condições que no entender do Executivo, pudessem argumentar, pudessem estribar o pensamento de V. Exa.

Cremos, de nossa parte, se quase impossível aqui a rejeição do veto principalmente por falta de número, Srs. Deputados. Não obstante isso, faço um apelo à liderança do Governo desta Casa para que gestione junto a S. Exa., o Governador do Estado, para que não subtraia dos municípios que pretendem aumentar as suas cadeiras, que buscam a efetivação de uma representação mais lúdica possível nos Legislativos, como ocorre agora com as leis específicas que se propõem a esta Assembléia, como é o caso de Umuarama e Cascavel.

FAÇO este apelo, deixando a minha incompreensão ao Veto apostado por Sua Excelência neste projeto global, mas faço um apelo aos Srs. Deputados do meu Partido e, sobretudo, do Partido do Governo e, de modo especial e específico, a S. Exa. o Líder do Governo nesta Casa para gestionar junto a S. Exa. pelo menos para vetar o projeto relativo a Umuarama e Cascavel.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Continua em discussão a Proposição 189/76.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente.....

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Esta Presidência fará a inscrição de V. Exa. visto que o Deputado Benedito Lúcio Machado já havia solicitado e apela aos eminentes Deputados para que sejam o mais breve possível, tendo assegurado uma hora para utilizar durante a discussão da matéria, mas considerando a sessão extraordinária que deverá se encerrar impreterivelmente às 14 horas e 30 minutos.

Com a palavra, o Senhor Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confirma a nossa premissa, mais uma vez sobre o Sr. Governador do Estado.

É realmente, o Governador do Estado do Paraná, uma máquina de vetar, o projeto do ilustre Deputado Muggiati Filho, corresponde efetivamente à necessidade de melhor e maior representação dos municípios, ficou aqui configurado através de uma previsão numérica de eleitores, uma divisão de representação estrutural e necessária. Até parece que querem, sob todas as formas, diminuir as condições do Poder Político, numa forma de manifestação de medo dos acontecimentos que poderão ocorrer e que deverão ocorrer nas eleições de 15 de Novembro, quando, naturalmente, o meu Partido, o MDB deverá fazer a maioria das Prefeituras e o maior número de Vereadores neste Paraná.

O que não se justifica é que S. Exa. ao vetar este projeto, faça arguição do artigo 27 da Constituição, que diz: "Se o Governador julgar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse do Estado, vetá-lo-á total ou parcialmente"

Não é contra os interesses do Estado nem pode sê-lo. Não é inconstitucional porque não há nenhuma previsão de inconstitucionalidade.

O que vemos, o que analisamos é, sem dúvida alguma, a manifestação do medo, do crescimento político do Partido da Oposição, é a libertação em respeito à própria estruturação institucional; é o medo do crescimento da representação da oposição dos municípios, porque os municípios representam, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a alta expressão política de um País e de uma Nação.

Mais uma vez deixamos aqui configurada a nossa afirmativa: o Governo do Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma verdadeira máquina de vetar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso não haver entendido bem o que pretendeu o eminente Deputado Benedito Lúcio Machado, e fico com o apelo dirigido à Liderança do Governo pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino.

Tão somente cabe, Sr. Presidente, prestar um esclarecimento: o eminente Deputado Fidelcino Tolentino que acusa o Governo do Estado de vetar sistematicamente as proposições dos Srs. Deputados do MDB, incorre num gravíssimo erro. Repito, afirmações feitas desta tribuna pelo eminente Deputado Benedito Lúcio Machado.

Diz o eminente Deputado que o projeto de lei em tela vetado pelo Governador do Estado não é inconstitucional e também não fere interesses do Estado.

O que S. Exa. deixou de observar foi o fato de que, se sancionado este projeto de lei, nós estaríamos contrariando frontalmente os interesses do eminente Deputado Fidelcino Tolentino que pretende que se aumente a representação dos dois partidos na Câmara Municipal de Cascavel, como de resto também pretende o Deputado Accioly Neto, que medidas idênticas favoreçam a Câmara Municipal de Umuarama.

Convém que o eminente Deputado Benedito Lúcio Machado se informe do seguinte: se sancionado este projeto de lei, mais de uma dezena de municípios do Paraná teria diminuído sensivelmente o número de Vereadores às Câmaras Municipais, alguns deles perdendo até 9 cadeiras. É o caso de Guarapuava, de Jacarezinho e de tantos outros municípios.

O que procurou a Aliança Renovadora Nacional, foi gestionar junto ao Sr. Governador do Estado, que não acolhesse este plano de lei, porque acolhido, prejudicaria os interesses

da comunidade e, também, dos dois partidos — ARENA e MDB, que estariam com as suas representações, necessariamente diminuídas, junto às Câmaras Municipais.

É esta a razão que levou o meu Partido a solicitar ao Sr. Governador do Estado que não acolhesse este plano de lei.

E, por outro lado, nós estamos gestionando para que se legisle, aqui, o aumento do número de Vereadores de todos os municípios, para que, dispondo do número de eleitores preconizados neste mesmo projeto de lei, possamos, dentro deste número, aumentar a proporção do número de Vereadores.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. diz que, se aprovado o projeto, estaremos prejudicando inúmeros municípios, entre os quais V. Exa. citou Guarapuava, que, teria, reduzido de 18 para 9 membros.

Mas eu perguntaria a V. Exa. — nós estaríamos, prejudicando este município, ou estaríamos cumprindo uma lei maior?

Por que estar-se-ia prejudicando esses municípios?

O SR. IVO THOMAZONI — Eu disse nobre Deputado, na argumentação que usei, que estaríamos reduzindo, no caso de Guarapuava, o número de 50 por cento de Vereadores hoje existentes naquele município; repete-se o caso de Jacarezinho, Paranaguá e outros municípios e não vejo, por outro lado, nenhum inconveniente que, através de projeto de lei possamos atualizar o número de Vereadores nos municípios que atingiram esta expressão eleitoral aumentando, portanto, o número de Vereadores desses municípios que tiveram este aumento expressivo de eleitores, sem prejudicar a sensível diminuição para aqueles que ao longo dos anos e por algumas décadas já contam com este número expressivo de cadeiras

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. me permite? Veja bem, se V. Exa. analisar este problema de acordo com o projeto, V. Exa. está agora sim, interferindo na área municipal.

Nós remeteremos este problema para a área municipal, para a Câmara de Vereadores; se ela sentir que isto implicaria em prejuízo de seu município, a Câmara Municipal não faria o projeto diminuindo; fariam um projeto, as Câmaras que entendessem que a diminuição não representaria prejuízo, podendo até entender-se que a lei não teria efeito retroativo no sentido de diminuir o número de membros das Câmaras. Mas sim, agiriam as Câmaras, de conformidade com o que proporcionasse a lei para aumentar o número de Vereadores.

A lei não manda diminuir; mesmo esta lei que está sendo aprovada e que foi vetada não manda diminuir. Estabelece o número de Vereadores para as Câmaras.

E veja bem S. Exa. que é o segundo projeto que se aprova nesta Casa neste sentido e que é vetado pelo Governador do Estado. Esse, com alguma diferença do anterior, no fundo é quase a mesma coisa. Agora, existe um dispositivo constitucional a ser cumprido. Então veja V. Exa.: Se as Câmaras Municipais recebem essas atribuições do Poder Legislativo e com isso também vêm dar ao Vereador Municipal uma atribuição no sentido de que ele participe mais da vida administrativa e política do Estado, dá uma atribuição à Câmara, legal ao município a atribuição de legislar sobre assuntos de seu interesse.

Então a Câmara Municipal, ela vai dizer se deve aumentar ou não. V. Exa. poderá estar entendendo que o município se sinta prejudicado, e ele ao contrário, poderá se sentir prejudicado não sendo aprovado aí mesmo que a Lei determine e defina o número de Vereadores.

Então V. Exa. vê que a matéria é delicada sobre esse aspecto.

Agora me parece que nem a iniciativa da lei cuja autoria

nos cabe e eu nunca fugi em momento algum, me parece isso sim, é que nós estaríamos, nesse caso, sendo completamente omissos ao cumprimento de uma determinação constitucional. Agora, quanto ao interesse, se o município deve diminuir ou não, é problema do município.

Seria resolvido dentro da Câmara de cada município.

Eu acredito que para aumentar o número de Vereadores é que a disposição constitucional foi feita, principalmente para aumentar o desenvolvimento das populações, porque o Brasil é um País que está crescendo em sua população. De modo que o que se prevê é estabelecer um limite e estabelecer uma norma para que se fixe o número de Vereadores.

Então V. Exa. veja na análise ilustrada que V. Exa. está fazendo, que não se quer retirar. Isso sim, retirando este Poder, nós estaremos talvez retirando este poder que se pretende dar ao Vereador nem que se diga que nossas Câmaras não têm capacidade para legislar sobre a matéria. Eu acho que têm. E acho mesmo que aquela que se sinta prejudicada, nós temos que colocar o legislador no seu devido lugar. Nós não podemos, em absoluto legislar aqui, pensando que alguém vai interpretar a lei pelo modo avesso da lei.

Era um aparte no sentido de colaborar com o discurso brilhante de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — O aparte de V. Exa. foi realmente esclarecedor.

Todavia, eminente Deputado Muggiati Filho, V. Exa. deve ter ouvido o que desta tribuna falou o eminente Deputado Lúcio Machado.

Assacando contra o Governador do Estado, a assertiva de haver vetado este projeto de lei para evitar o aumento do número de Vereadores em algumas Câmaras Municipais, quando V. Exa. verifica que o que o Governador pretendeu através do veto apostado a este projeto de lei, foi exatamente o contrário.

E levou o Governador do Estado a algumas outras considerações, algumas até de ordem legal, quando fala no conflito existente nas próprias disposições da lei Orgânica dos Municípios, pois se no § 1.º do Artigo 1.º, ao se referir à elaboração da Câmara, pressupõe a iniciativa como por força de resolução, que é o instrumento típico da manifestação privativa do Poder Legislativo, por sua vez isto é o argumento da Assessoria Governamental, que o § 3.º, do mesmo artigo, diz que a Câmara mediante projeto de lei declarará o número de seus representantes.

Veja V. Exa. que o projeto de lei não constitui a rigor uma manifestação perfeita e acabada, pois necessita, para a sua validade, da sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Há um conflito dentro do próprio dispositivo, e além do mais argumenta-se que há seis meses praticamente.....

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas uma observação.

O veto fala que o parágrafo primeiro do projeto estaria se referindo à Resolução, quando o parágrafo primeiro se refere à Resolução.

E no parágrafo primeiro do projeto está escrito: (LÉ):

"A Câmara Municipal, tendo em conta....."

O SR. IVO THOMAZONI — Que significa Resolução.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pode ser um projeto de lei.

O SR. IVO THOMAZONI — O projeto de lei não é.....

O SR. MUGGIATI FILHO — Acho que a elaboração é o processamento.

Elabora-se uma Lei, como elabora-se uma Resolução. V. Exa. há de me permitir que é impossível confundir-se elaboração com Projeto de Resolução.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas V. Exa. deverá observar que V. Exa. fala num ato de competência do Poder Legislativo e como tal, este ato denomina-se nos Parlamentos como uma resolução. E V. Exa. faz menção ao § 3.º à exigência

de um projeto de lei.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas pode ser um projeto de lei, nós temos competência para elaborar um projeto de lei. E esta é uma iniciativa do Poder Legislativo, e não é por isso que seja uma resolução, é um Projeto de Lei.

Acho que o espírito da Lei, e o que norteou o projeto, foi justamente este sentido, de dar ao município através dos seus poderes constitucionais, a elaboração da lei.

O próprio Poder Executivo participa, porque se houver o Poder Legislativo, incorrido em algum equívoco, existe além do Poder Legislativo, o próprio Prefeito Municipal que se interessa por isso.

E neste caso, o próprio Prefeito poderá também provocar a iniciativa da própria Câmara de Vereadores, conforme anexo.

Então nós estamos remetendo a matéria no sentido de dar ao município uma competência legislativa de alto nível.

E V. Exa., há de concordar que as Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas também estão despidas em muito, das suas atribuições tradicionais.

Então, é uma oportunidade para se devolver um pouco de competência legislativa às Câmaras Municipais e ao próprio Poder Executivo do município.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que o tempo está esgotado.

E concede ao orador mais um minuto, para concluir sua oração, porque deveremos dar início à sessão ordinária na hora regimental.

E consulta ao Deputado Ivo Thomazoni, se pretende persistir com a palavra na próxima sessão.

O SR. IVO THOMAZONI — Entendi, que nós temos mais tempo para deliberação nesta sessão, então permaneço inscrito para discutir a matéria na próxima sessão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pedi a palavra porque entendi que o líder do Governo havia deixado a tribuna para que fosse votado o projeto.

Então, eu quero discutir também, e peço a V. Exa., que me considere inscrito para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Perfeitamente.

V. Exa. está inscrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, às 14,00 horas com a mesma Ordem do Dia marcada para hoje.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 108.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanus-

so, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edison Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gincato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputado Fabiano Braga Côrtes, Jayme Rodrigues Carvalho e Osvaldo Macedo (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações pela milésima edição do jornal "A GAZETA DE Umuarama", que se edita na cidade de Umuarama, neste Estado.

A milésima edição do citado jornal vem demonstrar uma longa luta em prol dos interesses daquele município e região circunvizinha, merecendo ser destacada pela sua expressividade para que sirva de estímulo e provoque novas esperanças na árdua missão jornalística interiorana do nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção daquele órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976.

(a) João Cioni Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, requerer que, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado sugerindo a transferência da agência paranaense do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul-BRDE para a cidade de Londrina, para atender o desenvolvimento e a consolidação do Eixo Industrial Londrina-Maringá.

Para se levar a efeito essa sugestão bastará pequena alteração na redação do artigo 13 do convênio celebrado entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 13 de julho de 1966 e aprovado pelas Assembléias Legislativas dos três Estados.

Com essa providência estar-se-á atendendo mais de perto a necessidade urgente de se intensificar a industrialização do Norte do Paraná, sem prejuízo do Eixo-Industrial Curitiba-Ponta Grossa, assistido de perto pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP.

Ao mesmo tempo, essa providência vai ao encontro do preconizado pela política do atual Governo, que no documento "OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ — 1975/78" demonstra sua preocupação em promover o desenvolvimento harmônico do Estado, "em luta contra os desequilíbrios regionais e uma melhor distribuição espacial". Ao mesmo tempo, preconiza uma política de implantação de Distritos Industriais, como uma primeira grande tentativa

de desenvolvimento equilibrado”.

Nesse sentido, a atual administração municipal de Londrina tem consultado os interesses maiores do Estado, tanto que já estruturou e implantou o seu Distrito Industrial.

Ao mesmo tempo, o “Orçamento Plurianual de Investimentos – 1976/1978”, aprovado por esta Assembléia, por proposta do Governo Estadual, lembra que o II PND espera do setor industrial brasileiro um crescimento de 12 por cento ao ano para o período 1975/79, enquanto no fortalecimento dos polos industriais o Estado do Paraná se apresenta como um dos mais relevantes e promissores do Sul do país. Daí porque diz o documento: “é necessário que a taxa de crescimento do setor industrial do Paraná seja superior à média nacional, exigindo, dessa forma, maior esforço dos participantes do processo na atual etapa do seu desenvolvimento”.

Assim é que o total de recursos a serem investidos nos principais ramos do setor industrial paranaense nos próximos anos será aproximadamente de 8,5 bilhões de cruzeiros. A agro-indústria deverá absorver 4,5 bilhões de cruzeiros e as indústrias básicas 4,0 bilhões de cruzeiros.

A vocação desenvolvimentista do Norte do Paraná é incontestável. Presenciamos ali o esforço diuturno da iniciativa privada e do espírito de pioneirismo. Daí porque a necessidade de participação mais próxima da administração estadual, participação que deve ser liberta de entraves burocráticos e de distâncias.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osiris S. Guimarães, Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando imediatas providências no sentido de determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem, obras de melhorias nos trechos rodoviários de ligação Santa Izabel do Ivaí-Loanda e Santa Izabel do Ivaí-Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Voltamos a insistir junto à Secretaria dos Transportes, solicitando melhor atenção do órgão para o solucionamento do precário e vergonhoso estado em que se encontra o trecho apenas 10 quilômetros de ligação entre as sedes dos municípios de Santa Izabel do Ivaí e Loanda.

Carreadores de sítios e fazendas encontram-se em melhor situação.

Tal fato causa indignação a qualquer paranaense, principalmente a quem conhece a pujança e o contínuo desenvolvimento dessas duas comunidades do Noroeste do Estado.

É de nosso conhecimento que o aludido trecho faz parte do Plano de Rodovias Alimentadoras e que em breve será asfaltado. Entretanto, é impossível que, até o início das obras de pavimentação, permaneça abandonado.

Dos 10 quilômetros que separam as cidades de Santa Izabel do Ivaí e Loanda, apenas três encontram-se em situação mais ou menos satisfatória, mas o restante está inteiramente intrafegável.

Um extenso areião de extensão absurda de sete quilômetros tomou conta da pista de rolamento. Existem trechos que permitem a passagem de apenas um veículo por vez o que é, repetimos, inconcebível em se tratando de ligação entre os dois mais populosos municípios do Extremo Noroeste. Deve-se levar em conta o fluxo diário de veículos que ultrapassa a casa dos mil.

Santa Izabel do Ivaí encontra-se então, em situação de isolacionismo, de vez que sua ligação com Loanda posiciona-se como verdadeira aventura, demorada, desgastante, acarretando prejuízos aos motoristas que por ali transitam.

Por outro lado, o isolamento caracteriza-se ainda, pelo estado em que se encontra o trecho de 25 quilômetros que separa Santa Izabel do Ivaí de Planaltina do Paraná, percurso necessário a quem demanda para Paranavai.

Desconhece-se a causa da condenação do município de Santa Izabel do Ivaí ao isolamento rodoviário.

Como centro de produção, pontifica como o maior produtor de café da região.

Seu rebanho bovino marca pela expressividade numérica e qualitativa.

A população ascende ao “totum” de quase 25 mil habitantes.

É sede da comarca. Politicamente é um significativo reduto arenista.

Fica então, a pergunta: PORQUE SANTA IZABEL DO IVAÍ ESTÁ ISOLADA?

E aqui o nosso apelo, no sentido de providências sejam ultimadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer, ouvido o Plenário, que esta Casa formule ao Senhor Governador, os pedidos de informações que à seguir inserimos:

- 1- Informar o total de veículos automotores adquiridos até a presente data pelo Seu Governo. Esclarecer a marca, o tipo e o preço por unidade.
- 2- Informar se foram realizadas concorrências públicas. Se positivo, determinar o modelo utilizado.
- 3- Informar quais as empresas que participaram das concorrências públicas efetuadas.
- 4- Informar as características e critérios que levaram à seleção das vencedoras e perdedoras.
- 5- Esclarecer por fim, as datas das concorrências e respectivas compras.

A função fundamental da OPOSIÇÃO nos Paramentos, Senhor Presidente, é a de fiscalizar os atos do Poder Executivo, estabelecendo para tanto, normas criteriosas de pleno respeito e seriedade. “O pedido de Informação” é o instrumento capaz na evitação de injustiças.

Nos bastidores, gabinetes e corredores circulam informações dando conta de que as compras de veículos automotores realizadas pelo Governo do Senhor Jayme Canet Júnior estão envolvidas por “protecionismo político” e “outros interesses inconfessáveis”.

Pretendo esclarecer porque vejo no Senhor Governador Jayme Canet Júnior, uma pessoa respeitável e honrada.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976.

(a) Valter Pietrângelo.

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei n.º 76/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a dar a denominação de Grupo Escolar Professora “LOUISES MOROZOWSKI”, ao Grupo Estadual de JARDIM EL DORADO, de Paranaguá.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1976.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

A saudosa mestra, através dos dotes educacionais que a destacaram no exercício do magistério, mereceu a confiança de vários Governadores, entre os quais o atual Ministro Ney Braga, Paulo Pimentel e Emílio Gomes, que a mantiveram, por cerca de duas décadas, na Direção do Instituto de Educação "Dr. Caetano Munhoz da Rocha", cargo deixado em decorrência do seu falecimento. Homenageada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, com seu nome indicado para uma das ruas da cidade, nada mais justo do que o Estado comungue do sentimento de gratidão e reconhecimento a quem dedicou sua existência à função pública, contribuindo para a formação cultural da mocidade estudantil de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo, hoje, a tribuna, apenas para apresentar à Mesa um requerimento que está vazado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações, pela brilhante vitória obtida nas urnas, em pleito direto e democrático, aos Líderes Estudantis ESACHEU CIPRIANO e SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO e demais integrantes do Grupo Acadêmico Independente, da Universidade Católica do Paraná, nas eleições para renovação da representação estudantil, ocorrida no dia 21 de Junho de 1976.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Este gesto de minha parte, deve-se ao fato de ter sido aluno daquela Universidade, onde conclui o Curso de Direito.

Da Universidade Católica do Paraná, guardo com carinho a lembrança de meus mestres, que me ajudaram a moldar o caráter profissional e minha formação democrática que hoje utilizo para dar uma contribuição na medida do possível, ao povo de meu Estado do Paraná.

Por outro lado, sabemos das dificuldades que enfrentam as lideranças de classes e principalmente a estudantil, que viva sob a égide de um Decreto Lei o 477, o qual, os estudantes não aceitam, repudiam e por vezes protestam indignados. Não pelo simples prazer de protestar, mas porque conscientes alguns, não são amantes do arbítrio, que sufocam as mais caras liberdades e inibem o desenvolvimento de uma juventude livre e democrática de que tanto o Brasil necessita.

Por vezes, esses protestos, justos e legítimos são mal interpretados. Porque as forças de repressão hoje, estão melhor equipadas e subvencionadas, levando visível vantagem ao trabalho daqueles responsáveis pela formação dos jovens nas Universidades.

Estes, por fatores diversos, vêm-se impossibilitados de exercer a liberdade de Cátedra, impossibilitados de dialogar com seus discípulos, sobre a realidade político-econômica de nosso tempo.

O professor sabe que não pode falar, o aluno se recusa ante o medo do professor e ambos a cada dia se alienam dos nossos problemas.

É preciso todavia, que vozes corajosas se levantem dentro das Universidades.

Que digam a quem precisa ouvir, das suas insatisfações, de suas necessidades.

E é por termos ouvido daqueles estudantes essa corajosa

manifestação, que requeremos seja dado a eles conhecimento de nossa admiração, a quem desejamos o melhor desempenho à frente das Diretorias para as quais foram eleitos.

Que na luta pelos ideais de jovens democráticos, possam trazer inúmeros benefícios à classe a que representam.

Outrossim, solicito, seja dado conhecimento deste, aos integrantes daquelas Diretorias através de seus novos presidentes ESACHEU CIPRIANO e SYLVANO ALVES DA ROCHA LOURES NETO - do Diretório do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais e Diretório Central do Estudante da Universidade Católica do Paraná".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tendo declinado o nobre Deputado Gabriel Manoel, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A sede do Poder, a luta incansável para manter-se nele ou ainda o medo de, distante dos postos de mando, verem seus atos analisados com rigor pelos novos mandatários de seus municípios por certo está a provocar inquietação em determinados Prefeitos de nosso Estado.

Esta suposição toma corpo, quando, lemos nos jornais da Capital, e especificamente na "GAZETA DO POVO" de 17 do corrente, terceira página, coluna "NOTAS POLÍTICAS", a seguinte nota:

"Renunciou o Prefeito"

O Prefeito Eliseu Lannes do Carmo, Prefeito Municipal de Pérola d'Oeste, renunciou ao seu cargo, para concorrer à Câmara Municipal, objetivando fortalecer a chapa da ARENA. Assumiu a Prefeitura o vice Nello Mazini, também da ARENA, que já lançou como candidato à sua sucessão o ex-Prefeito José Joaquim de Souza."

Senhor Presidente, Senhores Deputados: O Prefeito de Pérola d'Oeste, como o anunciado pelo referido órgão de imprensa, foi Vereador, quando ora candidato pela Arena à Prefeitura, exercia o cargo de Prefeito Municipal; agora o mesmo renuncia a seu cargo, para concorrer a uma cadeira à Câmara Municipal, tendo como seu candidato a Prefeito, o mesmo cidadão que o antecedeu como chefe do Executivo Municipal.

Parece-me que o que acontece em Pérola, é realmente inusitado: um pequeno e restrito grupo, que pretende denominar, não apenas os postos de mando do município, mas, demonstrando uma total falta de confiança em seus próprios companheiros de partido, buscam eternizarem-se no poder, num verdadeira ping-pong.

Ora, teriam apenas dois homens capazes de administrar o município de Pérola?

Será tão imprescindível a presença de ambos nos dois Poderes, Executivo e Legislativo, a ponto de ambos buscarem no rodízio interminável a manutenção do Poder?

Será que a recente elevação do município de Pérola à categoria de comarca referidos políticos não buscarão inclusive o domínio também do Poder Judiciário?

Será que a administração municipal foi tão mal conduzida pelos dois últimos Prefeitos, que os mesmos temem que outros honrados concidadãos possam assumir a direção dos destinos daquele município, e venham, conseqüentemente a descobrir as possíveis falcatruas praticadas pelos últimos mandatários?

É até aceitável que o Prefeito situacionista busque conquistar a vitória nas eleições que se aproximam, principalmente em municípios da importância de Pérola, onde, nas eleições de 1974, o M.D.B., e ocasionalmente este Deputado, alcan-

cou uma vitória extraordinária, vencendo as eleições tanto para o Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, mas, o que não podemos admitir, como representante oposicionista do povo daquela cidade, é que passem sem registro fatos como o que acabamos de relatar, por considerarmos verdadeira afronta não apenas ao laborioso povo de Pérola, como também, falta até mesmo de respeito, por parte dos dois ex-Prefeitos a seus companheiros de partido, nos quais não depositam qualquer confiança. Devemos ainda, lembrar que a notícia da "Gazeta do Povo", está datada de 17 de junho, portanto, menos de 5 meses da data da eleição, contrariando a lei que exige a renúncia do Prefeito, para poder candidatar-se a Vereador, o prazo de seis (06) meses da eleição, e como testemunhas, que o Prefeito Eliseu, de Pérola, ainda no dia 14 de junho, de passagem por Maringá, com destino a Curitiba, DIRIGIA PESSOALMENTE o automóvel "Passat" que serve ao AICAIDE daquele Município.

Percebe-se que, o mesmo deve ter se afastado, do cargo, apenas "pró-formula", ou "DE DIREITO", continuando consequentemente a "Ser Prefeito de Fato", num flagrante desrespeito à Lei, fazendo de verdadeiro "fantoche" ao seu substituto, que apenas "assina", mas quem administra, continua sendo o "Prefeito Eliseu" que quer eternizar-se no cargo.

Fica nosso protesto, fica nosso registro para que, futuramente, as responsabilidades possam ser apuradas e não sejamos acusados de omissão nesta oportunidade, que apenas dois eleitores de Pérola, procuram continuar com um "coronelismo" que esperamos seja superado no tempo e no espaço em nosso Estado".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, quarto orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Não usaria da palavra hoje se ontem um Deputado representante de Apucarana da ARENA nesta Casa, nomeado ou indicado pelo Prefeito daquela cidade, Luiz Antonio Biachi, não estivesse numa linha, que é uma linha que não condiz com a realidade e a verdade de nosso município.

O Deputado Gilberto Carvalho, companheiro que tanto admiramos pelas suas lutas pela região do Vale do Ivaí, usou da tribuna ontem para demonstrar, com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Apucarana, dados que digo serem mentirosos porque o Prefeito de nossa cidade, da nossa querida Apucarana, infelizmente é um mentiroso, com sua mentira levou o Deputado a errar nesta tribuna quando afirmava que Apucarana está muito bem.

Esqueceram de dizer nesta Casa ontem, que quando se abre uma torneira em Apucarana só se escuta um grito, porque água não tem; esqueceram de dizer nesta Casa ontem, que quando passa um caminhão pelas ruas da cidade e não estoura um pneu, existe uma festa de motoristas do outro lado, à saída da cidade; esqueceram de dizer que caminhões encravam no asfalto de Apucarana oferecendo, por isto, a pior imagem de Apucarana a todo o Paraná.

Apucarana é uma cidade que tem seu grande destino diante do Estado pela sua posição geográfica, e, no entanto, está falida, está arrebitada porque tem à frente do Executivo, um mesquinho homem que nada mais faz do que vingança em nossa terra,

O Prefeito de Apucarana, Srs. Deputados, e quero que os Srs. Deputados da ARENA levem isto para o outro lado, para o Palácio Iguaçu, é um homem — desculpem-me se digo homem, não sei se merece isto — é um homem, que vai diariamente às emissoras de rádio ler cartas que ele mesmo escreve de alto elo-

gio; narcisista de primeira grandeza vive intrigando, até mesmo, o MDB em Apucarana.

Sábado, após nosso pronunciamento de sexta-feira, foi a uma emissora de rádio dizer que este Deputado é uma "raposa". Lá ele contou uma fábula, de um fabuloso fabulista que desconheço, que dizia de um cacho de uva, disse que as uvas estavam verdes. Verde talvez seja ele. É um homem que até parece está grávido do "Rei da Prússia", sentindo na cabeça a vertigem das alturas de um cargo que não cumpriu com honra, está no final e não cumpriu.

Apucarana está doente, moribunda e diz um preceito bíblico de que quando alguém está doente ou encarcerado, aqueles que não estiverem doentes, aqueles que não estiverem encarcerados, que visitem esta pessoa. E Apucarana está doente Apucarana está encarcerada nas mãos de um mesquinho e, portanto, precisa da visita daqueles que não estão. E por isso é que conclamo à classe política para que visite e que socorra Apucarana nesta hora.

Srs. Deputados, havia dito ontem que em Apucarana acontece o milagre dos pães. Um édico, do Posto de Saúde, da Prefeitura de Apucarana, do Departamento de Assistência Social, percorrendo o município, fazendo milagres, concedendo diariamente em 4 horas de trabalho mais de 200 consultas e medicação. Eu gostaria de perguntar quem é que tem condições de fazer mais de 200 consultas e medicar mais de 200 pacientes em 4 horas de trabalho.

Mas, pela grandeza de Apucarana, lá em Apucarana nós temos médicos que fazem isso. Quando acompanha o Prefeito naquelas comitivas politiquieiras, comitivas de mentiras que eles vão para a zona rural. E lá dão Lacto-Purga, dão Melhoral, Sibalena, dão toda a quantidade de remédios mas não curam ninguém.

Srs. Deputados, o clima político em Apucarana já começou a traduzir aquilo que representa o que tem na alma, já começou a extravasar, já começamos a sentir a pressão, já começamos a ver a poeira no ar e esperamos que as coisas por lá corram bem porque nós...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que lhe é reservado e lhe concede mais um minuto para a conclusão de sua oração.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Quero aqui, nesta oportunidade, deixar um alerta àqueles que vão disputar a eleição municipal em Apucarana, apesar de aqui não estarem mas daqui a cinco minutos tomarão conhecimento disto, que nós estaremos diretamente ligados ao pleito municipal de Apucarana e, felizmente, somos do tipo do homem que não nos entregamos nem na véspera quanto mais no dia. Estaremos lá, frente à frente para responder da maneira como as coisas virem, elas terão as suas respostas. Esperamos que os acontecimentos políticos não levem Apucarana a ter habitantes a menos nestas eleições, mas não fugiremos da briga e enfrentaremos com toda a decência, porque sempre fomos inimigos leais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quinto orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para prestar uma homenagem, através de um projeto de lei que elaboramos, à professora Lourdes Mozowski, falecida há um ano atrás na cidade de Paranaguá, que por quase duas décadas foi diretora do Instituto de Educação, Dr. Caetano Munhoz da Rocha.

Prestigiada que foi por vários governos, de Ney Braga a

Paulo Pimentel e outros que os sucederam, que a mantiveram na condição de Diretora daquele estabelecimento de ensino, e pelo elevado amor que tinha à sua cidade de Paranaguá, pelo respeito que sempre tivemos por ela e pelo conceito que deixou naquela cidade, pelas saudades imensas que provocou em todos os recantos de Paranaguá pelo seu falecimento, nós estamos pretendendo através de projeto de lei, denominar de "Grupo Estadual Professora Lourdes Morozowski" aquele que hoje existe no Jardim Alvorada de Paranaguá.

Esta homenagem é tão somente um reconhecimento deste Deputado que representa uma parte daqueles eleitores, que tenho a honra de dividir com o Deputado Accioly Neto, e pretendemos, desta forma, numa justa homenagem, simbolizar o grande amor que Paranaguá tem por aquela Professora, hoje de saudosa memória.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, sexto orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Por solicitação do Deputado Waldenício Barbalho, requiro a V. Exa. verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. O Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados.

— (É feita a chamada).

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Rui, num dos belos capítulos de sua famosa Oração aos Moços, proferida há mais de meio século na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, chamava a atenção dos doutorandos para a reflexão da leitura. "Os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir".

Lembrei-me da lição do grande jurista brasileiro quando li a notícia inserida no "O Estado do Paraná", do dia dez próximo passado sob o título — "Laertes Vieira lembra os que eram amigos de Jango". Teria o Deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, líder da ARENA, acusado: "Os dirigentes do MDB representam o passado deposto porque eram amigos do Sr. João Goulart". Naturalmente a resposta foi incisiva, com a citação de nomes ilustres do Congresso Nacional em pleno exercício do mandato conferido que também colaboraram com o Governo antes de 1964, todos filiados à Aliança Renovadora Nacional.

Sou, Sr. Presidente, dos que adormecem com o livro nas mãos, mas, dos que amanhecem pensando muito no muito pouco que foi lido.

Hoje, Sr. Presidente e nobres Deputados, pretendo homenagear o passado. E, assim o fazendo, sinto-me na mesma condição do defensor dativo, imbuído do verdadeiro espírito de responsabilidade, patrocinando a causa dos menos favorecidos, para, sob o compromisso do seu próprio grau, percorrer todos os caminhos possíveis em busca de provas que robusteam as razões de defesa do acusado. O Passado — ah, o passado — está "sub judice", como dizem os juristas. Fizeram-no sentar, impiedosamente, no mesmo banco reservado aos subversivos, aos marginais, aos insensíveis morais, aos portadores de alta periculosidade. Não obstante, a sua postura é impassível, serena, refletindo a tranqüilidade própria de sua inocência e de sua absoluta confiança no julgamento final.

Fixar o marco inicial de nosso modesto trabalho, de nossa desprezenciosa tese ou de nossa estafante pesquisa se constitui, por si só, matéria de difícil decisão. Para contar a sua história

não pretendemos remontar à longínqua época do descobrimento pátrio, lembrado, em abril último, nesta douta Assembléia, pelos Deputados Rosário Pitelli e Otássio Pereira. Um deles, o primeiro, teve a ventura de ver o seu pronunciamento publicado na imprensa paranaense. O outro, não. Foi menos feliz. Certamente a história do descobrimento do Brasil, contada pelo representante do MDB, rica em detalhes e louvores aos grandes navegantes portugueses, desagradou às empresas jornalísticas sediadas em nossa Capital. O ilustre Deputado Otássio Pereira foi elogiado pelos companheiros, em razão dos conhecimentos históricos e dos conceitos emitidos, eis o consolo. Da imprensa, como prêmio apenas o silêncio.

Conceituar as revoluções brasileiras no tempo do Brasil colônia seria distanciarmos cada vez mais, do nosso objetivo principal. Diremos, em resumo, que todas elas marcaram importantes épocas e nasceram sobretudo impregnadas do mesmo sentimento de liberdade que levaram os franceses à sua mais famosa Revolução. 1789 significou para a França e para o mundo a conquista dos direitos do homem — liberdade, propriedade, segurança e rebelião contra a tirania. Entre nós, Tiradentes, o conspirador, no mesmo ano, era acusado de ter sido visto tentando traduzir uma edição francesa da "Coleção de Leis Constitutivas dos Estados Americanos". 1792 é passado distante, mas, glorioso. Assinala, no dia 21 de abril, o sacrifício daquele que tudo fez em busca da liberdade para o povo brasileiro.

A História do Brasil é passado pontilhado de Revoluções políticas e sociais e de feitos heróicos de seus filhos. A nossa independência, conquistada em 1882, foi a maior delas e José Bonifácio de Andrada e Silva, o seu maior vulto.

O período republicano começou com a eleição do líder do Movimento, Marechal Deodoro da Fonseca, para a Presidência, em 15 de novembro de 1889, e a promulgação da primeira Constituição em 24 de fevereiro de 1891, a mais duradoura de toda a história brasileira. Não obstante a renúncia do primeiro Presidente da República Brasileira, em consequência do Ato discricionário, violento, de dissolução do Congresso, o seu Governo como todos da Velha República tiveram méritos e contribuíram para a grandeza da Pátria. Reverenciemos, pois, o Passado.

1929, ocaso da Velha República. A situação econômica, durante o governo, sofria os reflexos da grave crise em todo o mundo. Os Estados Unidos suspenderam as compras de café e a situação do mercado interno estava mais difícil porque a pobreza do povo não lhe dava condições de adquirir artigos industrializados. Daí o fechamento das fábricas, o aumento alarmante de desempregados e descontentes e a formação do ambiente favorável ao movimento revolucionário de 1930. Caía o Governo Washington Luiz, marco inicial da Nova República. Quem ousaria negar os méritos dessa grande revolução, a bravura da oposição acusando fraude eleitoral e, a grandeza dos brasileiros que a fizeram simbolizada na figura do seu valoroso chefe, Getúlio Vargas, e de seu grande mártir, João Pessoa, bravo filho do sertão paraibano?

Tudo isso é passado a encher de brilho a história brasileira. O Governo de Getúlio Vargas não pode ou não deve ser esquecido. Durante o seu exercício apontamos notáveis feitos:

A criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Em novembro de 1930, teve o grande mérito de abrir o caminho para a implantação de legislação trabalhista, ainda hoje reconhecida por muitos como das mais avançadas do mundo; o combate eficaz e vitorioso à infeliz idéia separatista do Estado de São Paulo em 1932 e a vitória sobre o movimento comunista de 1935, são dados positivos registrados que traduzem o caráter social da iniciativa, do sentimento pátrio de unidade nacional e de repúdio à ideologia estranha à formação política do povo brasileiro.

1937, clima universal favorável à Ditadura. Pontificavam Hitler e Mussolini. Era flagrante e indiscutível a decadência das

instituições liberais, das formas democráticas, inexpressivas em face da maciça organização dos regimes de força. O mundo à beira do abismo. E o Brasil às vésperas da ditadura, instituída afinal, em 10 de novembro sob o título de "Estado Novo".

1942. O governo brasileiro, depois do ataque inimigo aos nossos navios nas costas nordestinas, reconheceu o Estado de Guerra que lhe foi imposto. A Força Expedicionária Brasileira organizada para a defesa da pátria e sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, sensibilizava a opinião pública com as vitórias memoráveis de Monte Castelo e Montese.

1945. O panorama político mundial mudara. Foram vencidos os regimes totalitários. Entre nós, o governo não mais contaria com a solidariedade do Exército e o General Eurico Gaspar Dutra, então Ministro de Guerra, fizera ver ao Presidente Getúlio Vargas a necessidade imperiosa de replantar as instituições liberais. Estava, assim, desfeito o sonho egoístico do presidente, no sentido de prolongar o seu "Curto Período".

Era o fim da Ditadura e o começo alvissareiro da redemocratização do País. Vida nova, novos caminhos seriam palmilhados, novos partidos emergiriam da vontade espontânea do povo.

E os detentores do Poder, imbuídos do sentimento democrático de após-guerra, objetivando assegurar as liberdades públicas conquistadas e a forma federal presidencialista pretendida, convocaram a Assembléia Constituinte para promulgar a quinta Constituição do Brasil. Iniciou-se assim, num ambiente de ordem e paz, um dos períodos presidenciais de reconhecida tranquilidade política, de inegável progresso material e de cumprimento fiel aos princípios democráticos da Constituição brasileira.

Falar dos períodos presidenciais subseqüentes, PASSADO tão presente à memória de todos, repletos de acontecimentos positivos em benefício da Pátria, ou negativos em seu prejuízo, traduzindo a imperfeição dos homens ou dos governantes no exercício do Poder, seria tornar mais distante a conclusão do meu modesto discurso, enfadado, naturalmente, tão generosos e ilustres Deputados.

Mesmo assim, 1964 como 1945, deve ser expressamente citado, em razão das transformações profundas operadas na vida política nacional. O País estava entregue à anarquia, na mais absoluta desordem. Posso e devo me opor aos seus descaminhos, no lapidar dizer do eminente Senador Emedebista Paulo Brossard, é mesmo indeclinável dever de consciência. Mas seria impatriótico negar os grandes objetivos da Revolução de março, que deve ser combatida se estiver aureolada com a marca indelével da perpetuidade.

No discurso de posse, perante o Congresso Nacional, o primeiro Presidente do Governo Revolucionário sentenciava:

"Restaurar a Democracia e libertá-la de quantas distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública, e decididamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza de nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma revolução, continuou o Eminente Presidente, a assegurar o progresso sem RENEGAR O PASSADO".

O seu discurso está nos Anais da História.

Passado e História estão intimamente ligados, no tempo e no espaço. Talvez por isso mesmo, dizem alguns, com propriedade, ser a História a Ciência do Passado.

DEPOR O PASSADO, como pretende do Deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, eminente Líder arenista, na Câmara Federal, esquecendo a sua ilustrada e douta ascendência, é negar a História e por extensão, a própria Ciência.

Ainda bem que o Presidente Ernesto Geisel alinha-se ao pensamento do Presidente Castelo Branco: "Trabalhadores de

Volta Redonda. Trabalhadores do Brasil. Ressoam, aqui, ainda, os ecos de muitas comemorações idênticas, em data igual, quando a voz do Presidente Vargas reclamava o vosso apoio incansável ao progresso do País e vos prometia dias melhores no futuro. Falava ele, mesmo muitos anos depois, em nome sempre da Revolução de 1930 (...). Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução Redentora de 1964 (...). Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles nas cidades, nos vilarejos do Interior e nos mais distantes rincões sertanejos".

São palavras brotadas da legítima inspiração governamental, em Volta Redonda, criação getuliana, base fundamental da industrialização do País. Palavras de reverência ao PASSADO.

Finalmente, tendo em vista os respeitáveis depoimentos presidenciais e tudo mais que dos autos consta, só nos resta, por ser de direito e justiça, aguardar, com tranquilidade, a absolvição do acusado. Perdão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do acusado? Sim. De Sua Excelência, o PASSADO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após uma peça oratória de tão alto gabarito, proferida pelo ilustrado Deputado Waldenício Barbalho, a quem queremos apresentar as nossas congratulações, porque trouxe, à Casa, dentro de sua cultura, dentro de seu brilhantismo, uma faceta importante de nossa História, e que bem demonstrou, visualizada, inclusive, por Presidente do período de exceção.

Mas, Srs. Deputados, assomo à tribuna para propor a esta Assembléia, que se faça uma sugestão a um problema que ocorre no Paraná, não pertencente ao passado, mas ao presente.

A classe universitária curitibana, especificamente, da Universidade Federal do Estado do Paraná, encontra-se num litígio — podemos assim dizer — com a Reitoria da Universidade Federal do Paraná, em face da aprovação dos Estatutos do Diretório Central dos Estudantes.

A Reitoria pretende reabrir o DCE, como uma reivindicação de vários anos, dos alunos de nossa Universidade.

Para tornar possível e viabilizar essa cultura, a Reitoria designou uma Comissão de Universitários para que elaborasse um Estatuto para o novo DCE. Essa Comissão, reunida, elaborou esse projeto do Estatuto, aprovado em assembléia geral da classe universitária, e foi o mesmo encaminhado à Reitoria.

Surgiu, então, o impasse: a Reitoria entendeu que tal Estatuto pode ser aprovado. Mas, Srs. Deputados, para que entendamos o pensamento de nossos estudantes, é necessário, primeiramente, que tornemos público o Memorial que a classe universitária do Paraná, no dia 11 de novembro do ano passado, aqui no Palácio Iguaçu, quando teve uma audiência com o eminente Presidente da República, apresentou a S. Exa. Esse Memorial, até hoje, não foi divulgado pela imprensa. Hoje trago ao conhecimento desta Casa, para que V. Exas., possam sentir o pensamento, o comportamento e o grau de politização de nossos estudantes universitários que, embora impedidos de fazer política na Universidade, através desse documento, revelam que a classe estudantil, realmente, está preocupada com a realidade brasileira,

Esse documento está vazado, nos seguintes termos: (Lê). "Senhor Presidente.

Desejamos expressar a Vossa Excelência através deste documento o pensamento e as aspirações dos estudantes Universitários do Paraná, com o objetivo de contribuir através da nossa participação cada vez mais consciente, hoje como estudantes e futuramente como profissionais, no processo de desenvolvimento econômico, político e social da Nação brasileira.

Nesta oportunidade, queremos expressar a Vossa Excelência a nossa preocupação no sentido de que o Ensino ministrado na Universidade Brasileira venha a propiciar as condições necessárias para que possamos de fato atingir este objetivo.

Considerando que a realização deste propósito, de bem servir à Pátria, exige a nossa participação, que seja concedida a possibilidade plena de haver debates, e discussões, dentro do fórum universitário em nível científico, técnico e político, de problemas que digam respeito realidade nacional, inclusive, com a possibilidade de apresentação de soluções elaboradas por alunos e professores, assumindo a Universidade a liderança que lhe cabe.

Necessário se faz, a bem da ciência, da cultura e da arte, que haja esta preocupação em debater e pesquisar a fundo a nossa realidade, a fim de que possamos nos adequar às necessidades do nosso povo e do nosso País.

No entanto, como há de convir V. Exa., os esforços no sentido de ampliar a participação estudantil nos problemas nacionais têm esbarrado, seguidamente na ação limitante de leis e decretos que ora vigoram, com reflexos na universidade brasileira. Desejamos, Senhor Presidente, destacar os resultados de tais medidas, que se fazem sentir negativamente sobre o povo, o Ensino e a pesquisa. O distanciamento progressivo do ensino em relação aos problemas nacionais, juntamente com a restrição de liberdades e expressão e ação, impostas aos estudantes, nos alienam de assuntos que dizem respeito a toda Nação.

Sr. Presidente, solicitamos a V. Exa. de forma sincera e destituída de qualquer outro interesse, a não ser o de bem servir a causa nacional, vosso empenho para que se realizem estudos visando a revogação de tais leis e decretos.

Considerando a elitização vigente na Universidade Brasileira; que é necessário ampliar e democratizar as oportunidades de ensino; que esta é uma aspiração que não se restringe ao meio estudantil; que o ensino pago só viria a acentuar essa situação de desigualdade social; levando em conta os altos interesses do desenvolvimento nacional; nos posicionarmos contra o ensino pago.

Quanto à reforma do ensino implantada no País, não vem satisfazendo aos anseios de formação do estudante brasileiro, o que se verifica pelas reprovações em massa, alto índice de evasão escolar e baixa qualificação profissional, sendo causas factuais da situação exposta, no âmbito da Universidade Federal do Paraná, entre outros, os seguintes fatores:

- Inexistência de Campus Universitário, causa de deslocamentos constantes dos alunos;
- Burocratização excessiva;
- A não dedicação de professores à pesquisa e assistência ao aluno;
- Falta de recursos técnicos e humanos.

Em vista disso, solicitamos sua interferência no sentido de as obras que irão complementar o Campus Universitário da UFP, sejam iniciadas e agilizadas para centralizar os estudos, evitando-se as maratonas estudantis, assim como pedimos a urgente criação de um Centro de Desportos Universitários, pois a Educação Física obrigatória e realizada em Clubes e Colégios, o que agrava mais ainda o problema da correria para estudar, bem como pedimos sua interferência junto ao DASP, para apressar a reclassificação do pessoal lotado na UFP.

Para finalizar, em nome dos estudantes paranaenses, solidarizamos-nos com nossos colegas universitários de todo o Brasil nas suas reivindicações concernentes a problemas que afetam suas escolas, bem como aquelas feitas no sentido de respeitar a dignidade e os direitos inalienáveis do homem, constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário.

Este documento foi assinado por todos os Presidentes dos Diretórios Setoriais da Universidade Federal do Paraná, por todos os representantes dos Conselhos Superiores da Universidade

do Paraná, pelos Presidentes da Casa do Estudante Universitário, do Lar da Acadêmica de Curitiba, da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, pelo Presidente do DCE da Universidade Católica, por três Presidentes dos Diretórios Setoriais da Universidade Católica e pelo Presidente do Centro Acadêmico "Hugo Simas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como vimos o grau de responsabilidade, de firmeza e dos bons propósitos que alinhavam os estudantes universitários do Paraná, os credenciaram a merecer o respeito como dirigentes idôneos, responsáveis do Movimento Estudantil do Paraná, como órgão de representante perante os Conselhos Universitários.

A Reitoria ao designar, por ato administrativo, aos Presidentes e aos representantes perante o Conselho Universitário para elaborar o Estatuto do DCE, conferiu a eles inteira liberdade de elaborar um Estatuto que representasse o anseio da classe universitária.

Esse Estatuto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não foi aceito pela Reitoria. Não foi aceito porque contém na estrutura do novo DCE, na pretensão dos estudantes como órgão decisório, Assembléia Universitária, ou seja o último poder do DCE seria a Assembléia Universitária em que todos os alunos fossem convocados para debater os assuntos relacionados e de interesse da classe estudantil. Entretanto, a Reitoria vetou esse Estatuto. O Sr. Gilberto Carvalho - V. Exa. permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Assim que terminar o meu raciocínio. No Estatuto apresentado pela Reitoria não consta a Assembléia Universitária. O último poder seria o conferido ao Reitor, pois o Conselho de Representantes do DCE seria o poder supremo dos estudantes, mas de todas as decisões deste Conselho de Representantes, caberia recurso ao Reitor que teria, então, a palavra final para decidir sobre os assuntos que dissessem respeito à classe universitária.

Com muita satisfação concedo o aparte ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Pedi o aparte, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para dizer que, por acaso, chego da Inspeção da Reitoria, neste instante, onde fui tratar de outro assunto e tomei conhecimento deste problema referente ao DCE.

Na realidade, como bem afirmou V. Exa., o Sr. Reitor deu ampla liberdade aos universitários para que elaborassem esse Estatuto e se organizassem.

Mas, o que está acontecendo, é que estão divididos em quatro grupos. Dois grupos com o pensamento do Reitor e dois grupos com pensamento contrário. Apresentaram-me vários dados e achei interessante pedir ao Reitor esses dados por escrito, a fim de trazer ao conhecimento da Casa. Como viajo amanhã, fiquei de pegar esses dados na próxima segunda-feira, para, na terça-feira, trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, a situação do DCE, Prometo a V. Exa. que, na próxima semana, trarei a informação da Reitoria para que a Casa tome conhecimento.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço os elementos que V. Exa. nos traz.

Mas, dizia que o primeiro ponto de conflito entre um estatuto e o outro, seria a presença do estatuto dos estudantes, elaborado pelos estudantes da Assembléia Universitária e, do Estatuto da Reitoria, a ausência desta Assembléia Universitária. Outro ponto conflitante, e que me parece agora fundamental para os Srs. Deputados, para os componentes dos dois Partidos que têm assento a esta Casa, é que o Estatuto da Reitoria prescreve eleições indiretas e o estatuto elaborado pelos estudantes universitários, prescreve eleição direta.

Ora, nós sabemos que hoje, os dois Partidos existentes no País têm seus objetivos, têm suas metas, a defesa das eleições

diretas. Portanto estes dois são os pontos básicos de divergência entre os dois estatutos. Realmente, como informou o Deputado Gilberto Carvalho, após a apresentação ou após a não aceitação pela Reitoria, e a apresentação do outro Estatuto, a classe universitária não foi consultada a respeito, apenas os Presidentes dos Diretórios se manifestaram, mas não a classe universitária. Os Presidentes apenas se dividiram em dois blocos: 4 favoráveis ao estatuto dos estudantes e 4 favoráveis àquele estatuto apresentado pela Reitoria.

Diga-se de passagem que estes 4 que estão favoráveis à Reitoria congregam o maior número de alunos da Universidade Federal do Paraná. Numa das reuniões realizadas na Reitoria, na tentativa de se comporem ou de se encontrar uma solução para o impasse, foi sugerida a realização de um plebiscito perante a classe universitária, porque os Presidentes de Diretórios que apoiam o estatuto apresentado pela Reitoria têm um maior contingente de alunos e fatalmente deveriam endossar então, a tomada de posição de seus representantes perante o Conselho Universitário, perante a Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte?

Diz o ditado "que o uso do cachimbo entorta a boca" e eu vejo nesta Casa que o uso do cachimbo na sessão está entortando a boca de ambos os Deputados que se manifestaram no assunto. O nobre Deputado Gilberto falou numa aula que está com o pensamento do Reitor e nobre Deputado Nilso Sguarezzi se refere ao estatuto da Reitoria. A sessão está entortando a boca deste País. Nós já estamos até com linguajar diferente. Afinal o DCE é um órgão de classe ou é um órgão do Sr. Reitor ou da Reitoria. Estamos com um linguajar dos Sindicatos Brasileiros, hoje transformados em mero prolongamento de assistência social. Não se fala mais em representação.

Estatuto do Reitor. O pensamento do Reitor é "boca torta" de um País que vive sob exceção ou é um direito dos alunos de abrirem os Diretórios Centrais dos Estudantes ou não é.

Pedi este aparte, Sr. Presidente, porque como disse há poucos dias desta tribuna, eu sou um magoado por ler, como li, que no Rio Grande do Sul os profissionais liberais novos não querem entrar na política.

Eu sou do tempo em que o DCE pertencia aos estudantes; os Diretórios pertenciam aos estudantes. Sou do tempo em que se fazia política nos Diretórios; sou do tempo em que tantos que ocuparam e que ocupam esta Casa, saíram dos Diretórios Acadêmicos. Porisso, repito, o "cachimbo entorta a boca". Vivemos momentos de exceção.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Nilso Sguarezzi, V. Exa. permite mais um aparte só para um esclarecimento? (**Assentimento**).

Creio que o Deputado Deni não entendeu bem o que eu quis dizer. Eu fui à Reitoria hoje e, por acaso, dada a divulgação no Estado do Paraná de hoje, saiu o assunto, e tomei conhecimento. O Reitor quis abrir o DCE e convidou os universitários para que apresentassem um estatuto livremente, sem retirar ninguém. Dividiram-se em 4 grupos, e apresentaram-se dois grupos de um lado e dois grupos de outro, não que o Reitor exigisse este ou aquele estatuto. Existe um estatuto que ele acha que está bom, mas não foi apresentado pelo Reitor, e não está havendo um entendimento entre a classe universitária. Isto é que está acontecendo.

Mas, como não tenho os dados concretos, porque fui à Reitoria tratar de outros assuntos, não sei da real situação, e só conseguirei os dados na segunda-feira. Mas não está existindo uma interferência do Reitor na aprovação deste ou daquele Estatuto. O que está havendo é um desentendimento dentro da classe.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (**Assenti-**

mento)

É que eu entendi que havia sido dito que um grupo estava com o pensamento do Reitor. Eu tive a felicidade de ter tido o atual Reitor como meu professor, tendo sido este Reitor, como professor, um dos mais liberais com o qual os alunos tinham o melhor diálogo. Por isto eu estranhei, talvez tenha interpretado mal, realmente.

O Sr. Gilberto Carvalho — Realmente a iniciativa é do Reitor, mas ele deixou tudo para que os universitários organizassem.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, Srs. Deputados, o meu propósito não é de qualquer ingerência na Reitoria, o que realmente não nos compete.

Mas, o assunto tomou conta da opinião pública do Paraná e, nesta Casa mesmo existem alunos da Universidade Federal do Paraná, Universidade de tanta tradição, de tanta influência em nosso Estado, que acredito possa esta Casa se manifestar em favor de um ou de outro estatuto, mas se manifestar sugerindo uma solução à Reitoria, e quer nos parecer uma solução bastante democrática, para que tais estatutos sejam submetidos à apreciação da classe universitária do Paraná, para que o nosso estudante universitário tenha uma participação efetiva, e que realmente possa participar, possa expressar o seu pensamento através de um plebiscito em que a Reitoria coloca, se tiver, um, dois, três, quatro estatutos, como traz a notícia do eminente Deputado Gilberto Carvalho e que sejam submetidos a plebiscito. Este é o caráter do meu requerimento, como uma mera sugestão ao Reitor que, pode acatar, ou não. É uma mera sugestão. Não nos estaremos imiscuindo; mas, como assume o assunto uma relevância extraordinária, porque ela vai atingir a classe universitária, a classe universitária que está difundida por toda a sociedade paranaense; muitos universitários que participam do órgão, são funcionários deste Governo, são Vereadores, Deputados que são alunos dessa Universidade e se trata, aqui, de um processo de participação do estudante processo tão útil, através de uma eleição democrática, como seja um plebiscito. Então, a minha sugestão à Casa e pediria o endosso dos Srs. Deputados, não nos posicionando em favor de um ou de outro estatuto. Mas, que o problema seja resolvido por um plebiscito dentro da classe universitária para que o estudante, livremente, democraticamente, possa se posicionar em função disto.

Está vazado, meu requerimento, nos seguintes termos: (Lê):

"Súmula — Envia ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, sugestão para que seja aprovado estatuto do DCE, mediante plebiscito.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consultado o Plenário da Casa, para ser enviado pedido de sugestão à Universidade Federal do Paraná e Exmo. Sr. Ministro da Educação, no sentido de submeter a plebiscito democrático a aprovação do Estatuto do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, face ao impasse criado pela existência de dois projetos de estatuto.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1976."

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — (**Paulo Camargo**). Está inscrito ainda para falar no Grande Expediente, o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. Consulto a S. Exa. se pretende falar, hoje, porque faltam apenas treze minutos para o seu término.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Paulo Camargo**). Perfeitamente. (TÍMPANOS)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 43/76, de autoria do Deputado João Cioni Netto, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras em Umuarama. Pareceres **favoráveis** da CCJ., CF. e CTIC., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 48/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencel. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 49/76, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Congregação dos Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora, da cidade de Cascavel. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 51/76, de autoria do Deputado Jayme Carvalho, que declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai José, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 55/76, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Nova Esperança —, com sede e foro na mesma cidade. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 56/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública estadual o Montepio Cooperativista do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre — RS. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 57/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina de Instituto de Polícia Técnica "José Merhy", o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 58/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição número 70/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando execução do Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 59/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição número 71/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com o município de Clevelândia, visando o Fomento Agropecuário na Região. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 60/76, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição número 73/76, que aprova o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social e Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, com objetivos que especifica. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 102/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que atribui ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações. Pareceres **favoráveis** da CCJ. e CF., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra V. Exa. para discutir, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente eu, conquanto tenha informações de que a minha liderança, não sei se subscreveu conjuntamente com a liderança do Governo este projeto de lei, ou melhor, este Projeto de Resolução que procura criar uma verba atribuída ao Governador e Vice-Governador, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos subsídios e reajustável sempre que estes sofram ou sofrerem alterações, eu tenho para mim Sr. Presidente, que se trata de um plano de lei inconstitucional.

Não vi o Parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça, mas é uma questão de interpretação pessoal e como nesta Casa, matérias outras de relevantes interesses são sempre rejeitados porque, com base em preceitos constitucionais elas são repelidas porque conflitam com institutos constitucionais, pelo mesmo critério, com base no artigo 25, da Constituição do Estado, § 1º, letra B e 33 da Federal e também do 47 da Estadual, inciso 1, acredito que, sem ofender, não sei se se trata de questão fechada de ambas as bancadas, mas se não me foi dado conhecer se se trata ou não de questão fechada, devo fazer minha declaração de voto, principalmente também, tendo em vista que nos chegaram informações de que S. Exa. o Sr. Governador do Estado destina a sua remuneração, vamos dizer, em sentido mais amplo, a instituições de caridade, não haveria justificativa para que se atribuisse essa despesa a título de mordomia. Eu então voto contrariamente a essa matéria.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não me ataria em verificar a constitucionalidade ou não do Projeto de Lei número 102/76, de autoria do eminente Deputado Ivo Thomazoni, que atribui ao Governador e Vice-Governador do Estado a ajuda de custo mensal a título de mordomia. Primeiro, porque a atribuição é da douta Comissão de Constituição e Justiça e que deu o parecer favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Segundo, Sr. Presidente, é que na época em que vivemos os reajustes de vencimentos se fazem necessários em todas as áreas.

E talando em reajuste de vencimentos na oportunidade em que venho à tribuna para discutir este projeto, e dizer que o meu voto é favorável e é pela sua aprovação, cumpro lembrar à Executiva da Casa, sobre a mensagem solicitada por nós ao Sr. Governador do Estado, pedindo urgente reclassificação da escala de nível para o funcionário deste Estado. Porque sentimos acima de tudo, que todas as áreas estão carentes desses reajustes, urgentes, devido às elevações de custos em todas as áreas e que

ocorre de forma violenta em todos os dias. Sentindo, como representante do povo neste Parlamento, que o próprio Governador e Vice-Governador têm que ser reajustados em seus vencimentos para poderem, subsistir, devemos sentir que também a classe funcionária deste Estado, há mais de cinco anos, sem reestruturação efetiva, precisa ser lembrado. Precisa ser acionada através da Executiva deste Poder, o pedido da urgência desta mensagem, para que aprovemos aqui também a resolução deste problema sério, que é o da classe mais importante da estrutura administrativa do Estado.

Deixo aqui portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha manifestação de voto favorável ao projeto de lei em discussão. E o pedido de que recorram ao Sr. Governador, o envio do projeto de reclassificação urgentemente para este Poder, também aprovado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista, não se encontrando presente o Deputado Dácio Leonel, que na CCJ foi relator do Projeto de Resolução 102/76, ora em discussão, vejo-me na contingência de aqui, embora sem mandato outorgado por ele, mas em representação da própria Comissão, de estabelecer desde logo, que a matéria, objeto de apreciação nesta sessão, não é, data vênica do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, inconstitucional.

Em seu parecer, o Deputado Dácio Leonel manifestou-se pela aprovação deste projeto, tendo em vista a sua perfeita adequação ao texto constitucional. Com efeito, a Constituição do Estado, no Artigo 22, inciso II, reza o seguinte: "Além do disposto no artigo 16: "competê exclusivamentê à Assemblêia Legislativa: II — fixar o subsídio e a ajuda de custo dos Deputados, bem como o subsídio e a representação do Governador e do Vice-Governador, observados os limites estabelecidos pela Constituição Federal".

Ocorre que, como é do conhecimento do Deputado Fidelcino Tolentino, a Constituição Federal só estabelece limites para os subsídios e a ajuda de custo dos Deputados Estaduais na medida em que os vinculam ao recebimento de apenas dois terços do que percebe o Deputado Federal, em face da incorporação de ato complementar, que versou sobre a matéria, à Constituição Federal.

Não é este, todavia, me parece, o aspecto que quer o Deputado Fidelcino Tolentino fazer crer inconstitucional, no projeto de resolução ora em discussão.

A ele parece que não tem a Assemblêia competência para estabelecer os subsídios e a representação do Governador e Vice-Governador do Estado, porque se trata de matéria financeira. E a regra geral é de que a competência, nesses casos, é exclusiva do Governador do Estado, porque altera a despesa, ou cria despesa.

Mas, ocorre que a própria Constituição ressalva uma série de situações em que a competência para criação de despesa, para aumento de despesa, não é privativa do Governador do Estado. É este o caso do projeto de resolução. É que a própria Constituição, no artigo 22, inciso II, outorga exclusivamentê à Assemblêia Legislativa, o poder de fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador de Estado. E não teria mesmo cabimento que o Governador do Estado enviasse um ante-projeto propondo sua própria remuneração. Assim como não teria cabimento que o Sr. Governador enviasse projeto de lei propondo fixação de nosso subsídio.

Por uma questão de ética, deferiu-se ao Poder Legislativo a fixação de subsídios do Governador e Vice-Governador, assim como a remuneração dos membros do Poder Judiciário. E mesmo por uma questão de ética, a nós cabe fixar os respectivos subsídios, observados os limites estabelecidos.

Não há, portanto, nenhum vício de inconstitucionalidade

no projeto de resolução. Não entro no mérito, refiro-me apenas ao aspecto formal. A Comissão de Constituição e Justiça não examina o mérito, mas tão somente o aspecto jurídico, o aspecto constitucional e o aspecto legal.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

V. Exa. invocou o artigo 22, item II, de nossa Constituição Estadual.

Não invoquei esse instituto, nem outro que V. Exa. fez referência. Mas, sim, disse que, para mim, e tenho para mim e sustento essa tese, que a iniciativa de leis desse teor é de competência exclusiva do Governador do Estado, bem como a iniciativa de leis sobre matéria financeira.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa., data vênica, me permito interrompê-lo, está interpretando de forma equivocada a Constituição do Estado. Veja bem V. Exa., que o artigo 25, parágrafo 1º, diz que é da competência exclusiva do Governador iniciativa de leis" e nós estamos tratando de "resolução", porque o próprio texto constitucional dá à Assemblêia essa iniciativa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. sustenta que Resolução não é Lei?

O SR. ACCIOLY NETO — É evidente que não é lei.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Não tem força de lei.

O SR. ACCIOLY NETO — Pode ter força de lei, mas lei não é. Tanto não é lei, que se chama "resolução".

O Sr. Fidelcino Tolentino — Por causa do caráter originário.

O SR. ACCIOLY NETO — Originário, porque é da competência exclusiva da Assemblêia. Exatamente o caso desse projeto, que V. Exa. não quer entender.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Absolutamente, V. Exa. faz um equívoco proposital, querendo confundir minha argumentação. Mesmo na Constituição Estadual, artigo 25, essa matéria não é relativa ao problema enfocado. Em mordomia não fala, é despesa extraordinária e evidentemente...

O SR. ACCIOLY NETO — É representação.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Representação não é. Poderá ser um tipo de representação.

O SR. ACCIOLY NETO — É representação. É evidente que mordomia é representação.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Poderá ser enfocada como representação.

O SR. ACCIOLY NETO — O que é representação, ou o que não é representação, cabe a lei ordinária dizer. E a lei ordinária inclui na rubrica "representação", quando trata de tais verbas, a mordomia. Então, não vejo como V. Exa. queira se apoiar no artigo 25, parágrafo 1º, quando a matéria está no artigo 22, inciso II.

O Sr. Fidelcino Tolentino — O problema me parece ser problema ético.

Evidentemente que o Governador não iria propor aumento...

O SR. ACCIOLY NETO — Mas ele não pode.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Tanto pode que poderá propor aumento para o próximo Governador.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. está equivocado. Compete exclusivamentê à Assemblêia, é da competência exclusiva da Assemblêia. O Governador do Estado não pode propor. É matéria de competência exclusiva da Assemblêia. Assim como há matérias que são da competência exclusiva do Governador, que estão no artigo 25, parágrafo 1º. Até mesmo não podemos iniciar o processo legislativo. Assim como, pelo artigo 22, o Governador não pode iniciar processo legislativo. V. Exa. está equivocado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Absolutamente, continuo no meu pensamento.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. está confundindo o material com o formal.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Falo na seção IV, do Processo

Legislativo, e é nela que me invoco. Acho que é matéria que cabe, porque é ponto de vista, é matéria de indagação jurídica.

O SR. ACCIOLY NETO — Não há necessidade de indagação jurídica, porque se trata da Constituição, que é clara. A indagação jurídica cabe, quando o texto é obscuro, é duvidoso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — A letra "b", do artigo 27, parágrafo primeiro diz — "criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública".

V. Exa. não acha que seja despesa pública?

O SR. ACCIOLY NETO — É despesa pública, mas a própria Constituição faz uma ressalva. O artigo 22 é uma ressalva, e esse dispositivo em que V. Exa. se apóia...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Fixa subsídios e ajuda de custas dos Deputados, bem como o subsídio e a representação do Governador e Vice.

O SR. ACCIOLY NETO — Se aceitarmos a argumentação de V. Exa. não poderemos, sequer, fixar nossos subsídios.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Tem-se que aguardar uma Mensagem do Governador.

O SR. ACCIOLY NETO — Não é despesa pública subsídio dos Srs. Deputados?

O Sr. Fidelcino Tolentino — É uma questão de poderes.

O SR. ACCIOLY NETO — Não é uma questão de poderes, de vez que é o Governador que envia o projeto de aumento de vencimento do funcionalismo do Poder Legislativo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Este é o meu ponto de vista. O seu e o da Comissão eu respeito.

O SR. ACCIOLY NETO — é o ponto de vista da Comissão.

O Sr. Fidelcino Tolentino — O meu voto será em separado em razão da minha interpretação.

O SR. ACCIOLY NETO — Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vejo de que forma se possa votar contrariamente a matéria do ponto de vista constitucional, porque a própria Carta Política Estadual estabelece explicitamente que a competência para iniciativas desta teor é exclusiva da Assembléia Legislativa.

O que poderia ser discutível é se qualquer Deputado poderia apresentar Projeto de Resolução neste sentido. Aí admitiria discutir. Mas, desde que o Projeto de Resolução é assinado pelas duas lideranças está, também, implícito aí que há concordância de todos os Deputados, ou se assim não é, tais líderes não representam as respectivas bancadas. Ao que parece todos eles têm, "ipso facto", delegação de poderes de cada um de nós. E é o que ocorre na espécie, salvo se estou, profundamente, enganado.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/74, oriundo da mensagem número 45/74, do Poder Executivo, objetivando doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF e CTC., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 14/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar de Júlio Maria Pedrosa de Moraes, um prédio público estadual localizado no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/76, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Mandaguari. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 64/76, de autoria

do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa Mater — Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 65/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 115/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de obras de Combate à Erosão Urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saia das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 115/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 36/76, de 16 de março de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 76/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 69/76, que aprova Termo de Ajuste celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um Sistema de Cooperação Técnica entre a "SEMA" e "ARH". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 76/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Ajuste celebrado em 24 de maio de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um sistema de cooperação técnica entre a "SEMA" e "ARH".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Enéas Faria - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 69/76

Objetiva a presente proposição o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Ajuste celebrado em 24 de maio de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um sistema de cooperação entre a "SEMA" e "ARH".

Constitucionalmente, temos o citado Termo de Ajuste em atendimento aos interesses do Estado.

Somos do parecer pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 94/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 77/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de Combate à Erosão Urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 94/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 77/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 22/76, de 05 de fevereiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 66/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, elevando para quinze (15), o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 66/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica elevado para 15 (quinze), o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o parágrafo único do Art. 28 da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), o número de Vereadores, em cada legislatura será alterado por lei estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Conforme a Certidão que anexamos ao presente, fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, o número de eleitores de Cascavel, perfazem o expressivo de 48.256. Nestas condições, é que apresentamos o presente Projeto de Lei a fim de adaptar o Legislativo Municipal de Cascavel à sua real situação política.

Com isso esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 66/76

O plano de lei de autoria do Deputado Accioly Neto e subscrito pelo Deputado Fidelcino Tolentino, tem por escopo elevar para 15 (15) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Examinando o projeto bem como os documentos entrados no processo, verificamos estar a proposição inicial, articulando-se às normas legais que disciplinam a matéria.

Outrossim, a delegação de competência ao Município para alterar em cada Legislativa a número de partícipes da Câmara de Vereadores, sugerida no protocolo número 5285/76, encontra óbice no artigo 26 da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios) que estabelece que a fixação será procedida por Lei Estadual.

Isto exposto, o parecer é pela aprovação do projeto de lei como foi apresentando, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, solicitando voto de congratulações pela milésima edição do jornal "A Gazeta de Umuarama". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo a transferência da agência paranaense do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul para a cidade de Londrina, para atender o desenvolvimento e a consolidação do Eixo Industrial Londrina-Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de sugestão à Universidade Federal do Paraná e Sr. Ministro da Educa-

ção, no sentido de submeter a plebiscito democrático a aprovação do Estatuto do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, face ao impasse criado pela existência de dois projetos de estatuto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar ao DER, obras de melhorias nos trechos rodoviários de ligação Santa Isabel do Ivaí-Loanda e Santa Isabel do Ivaí-Planaltina do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente a compras de veículos automotores. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, é intenção da bancada da Aliança Renovadora Nacional votar favoravelmente ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo; mesmo porque, Sr. Presidente, não há o que deva merecer censura a preocupação do Sr. Deputado em pretender informar-se da ação governamental na aquisição de viaturas para servir o Executivo.

É de todos sabido, Sr. Presidente, que por ordem do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, mais de 400 viaturas foram recolhidas ao pátio da Escola de Preparação de Oficiais da Polícia Militar do Estado, e mais de uma centena deles distribuídos, doados alguns a Prefeituras Municipais para servirem às administrações municipais nos seus diferentes setores.

Esta atitude governamental, Sr. Presidente, já mereceria por si só, manifestações de apoio deste Poder Legislativo. Mas, como dizia, Sr. Presidente, pretende a Aliança Renovadora Nacional dar apoio às indagações formuladas pelo Deputado representante de Maringá.

Tão somente estranhamos, Sr. Presidente, que na justificativa deste requerimento, pretenda o autor pré-julgar um ato governamental fazendo menção, inclusive, a boatos que, segundo o Deputado Valter Pietrângelo, boatos de bastidores, gabinetes e corredores, informariam de que as referidas compras de veículos automotores realizadas pelo Governo do Sr. Jayme Canet Júnior, envolveriam um potencionismo político e outros interesses inconfessáveis. As expressões são do autor do requerimento.

Considero, Sr. Presidente, que não é difícil para este Poder, porque nunca o foi, manter em alto nível o relacionamento deste, com o Poder Executivo. Não há necessidade, Sr. Presidente, de se ao indagar de um procedimento governamental se agrida a figura do Governador do Estado usando-se como argumento, conversas de corredores, de bastidores e quando são de bastidores e de corredores, sempre são maledicências, e,

portanto, me supreendo que o eminente Deputado da aguerrida representação oposicionistas desta Casa, dê guarida a estes boatos e use esta argumentação como sua para indagar um procedimento governamental.

Nós votaremos favoravelmente ao requerimento, Sr. Presidente, mas nos revoltamos contra a forma, contra a colocação da justificativa, porque vemos nela intenção maldosa de agredir "aguarde-se as informações". Se o procedimento não foi legal ou deixou de ser moral, então que se venha a esta tribuna e que se agrida, mas porque a pretensão sempre de pré-julgar, para deixar sempre nesta Casa, no ar deste Plenário uma indagação, quando há um pedido de informações, já se pretende afirmar que o procedimento foi ilegal ou foi amoral. Votaremos pelo requerimento Sr. Presidente, todavia, contestamos a forma com que a justificativa foi posta.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam queiram continuar como estão. — **Aprovado.**

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que a Comissão do Estádio do Pinheirão estará reunida amanhã, dia 24, às 9,30 horas, quando tomará o depoimento do Sr. José Milani, e convida os Srs. Deputados interessados a participarem da referida reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 58/76, 59/76, 60/76, 102/76 e de Lei números 117/74, 14/76, 60/76, e 64/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 65/76, 76/76, 94/76 e de Lei número 66/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 97/76, 100/76 e 101/76.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 25, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 04/76, 05/76, 06/76, 07/76, 08/76, 09/76, 46/76, 47/76, 48/76, 49/76 e de Lei números 09/76, 19/76, 26/76, 29/76, 42/76 e 46/76.

Levanta-se a Sessão.